





**CHRISTOPHER WILLIAMS**

Kiev 88, 4.6 lbs. (2.1 Kg)

Produção: Zavod Arsenal Factory, Kiev, Ucrânia.

Data de produção: 1983-87 Douglas M. Parker Studio,  
Glendale, Califórnia.

28 de Março, 2003 (NR. 1.2.3), 2003

Tríptico, três provas por transferência de corantes.

Cada fotografia: 16 x 20 inches,

40.6 x 50.8 cm

Courtesy David Zwirner, New York

**BES**  
**art** COLEÇÃO  
BANCO  
ESPÍRITO SANTO

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a coleção de fotografia BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.



**CAPA**

**RUI CALÇADA BASTOS**

Sem Título # 08/05,

2005 Prova cromogénea de ampliação digital (Processo LightJet Lambda) • 85 x 110 cm

Edição 2/3 + PA

**LOGO**<sup>®</sup>

**Seguros LOGO, S.A.**

Rua D. Manuel II, nº 290

4050 – 344 Porto / Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa

NIPC: 508 278 600



<b>01</b> ÓRGÃOS SOCIAIS	04
<b>02</b> RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06
<b>03</b> DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
<b>04</b> MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	15
<b>05</b> DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	17
<b>06</b> ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
<b>07</b> CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	55

**ISAAC JULIEN**

2007, Western Union series No. 2 (Flight Towards Other Destinies 1)

Transparência (Duratrans) por revelação cromogénea, montada em caixa de luz • 123 x 244 x 7 cm

Edição 5/6



01

## ÓRGÃOS SOCIAIS



**ISAAC JULIEN**

1960, Londres, Reino Unido, True North Series, Ice Project Work No. 8, 2007  
Transparência (Duratrans) por revelação cromogénea, montada em caixa de luz • 123 x 247 x 7 cm  
Edição 1/6 + 1 PA

# 01

## Órgãos Sociais

---

### Assembleia-Geral

---

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Presidente)  
Gustavo Alexandre Dinis Gomes Ferreira (Secretário)

### Conselho de Administração

---

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Presidente)  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)  
António Miguel Natário Rio-Tinto (Vogal)  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno (Vogal)  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal)



**Peter Brito e Cunha**

(Presidente)



**Tomé Pedroso**



**Miguel Rio-Tinto**



**Miguel Moreno**



**Nuno Clemente**

### Fiscal Único

---

José Manuel Macedo Pereira (ROC)



02

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**ELGER ESSER**

1967, Estugarda, Alemanha, Baie de la Somme, France, 2005

Prova por revelação cromogénea, colada sobre Diasec • 181 x 242 cm

Edição 3/7

Courtesy Sonnabend Gallery

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respectivas Contas da Seguros LOGO, S.A. respeitantes ao exercício de 2008.

## 2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 2.1.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

O ano de 2008 foi marcado pelo prolongamento e aprofundamento da crise do crédito hipotecário *subprime* nos Estados Unidos e pela sua transformação gradual numa crise de confiança generalizada, com reflexos no sistema financeiro e na actividade económica a nível global.

A maior percepção dos riscos de liquidez e de solvabilidade (com a falência ou perda de independência de algumas instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa) resultou numa relutância quase total das instituições em se exporem entre si nos mercados monetário e de crédito. A indisponibilidade de cedência de liquidez por parte do sector privado foi particularmente visível entre o final do 3º trimestre e o início do 4º trimestre, não obstante as intervenções agressivas das autoridades no sentido de assegurar o regular funcionamento dos mercados.

Na Zona Euro, a taxa de juro Euribor a 3 meses subiu de 4,684% para um máximo de 5,393% (observado no início de Outubro), terminando o ano em 2,892%, após as descidas das taxas de referência e as fortes injeções de liquidez no mercado monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE). O aumento da incerteza (sobretudo associada ao sector financeiro) e as expectativas de desaceleração da actividade económica penalizaram fortemente os principais índices accionistas, tanto nos EUA como na Zona Euro.

A elevada volatilidade foi também visível nos mercados de *commodities*. Na primeira metade do ano, o preço do petróleo exibiu uma forte tendência de subida, atingindo um valor próximo de USD 150/barril em Julho. Esta evolução ficou a dever-se à forte procura oriunda dos mercados emergentes, às dificuldades de expansão da oferta global e, em particular, a um aumento da procura de natureza especulativa.

A expectativa de abrandamento da procura e, mais tarde, a probabilidade crescente associada a um cenário de recessão global retiraram o suporte à procura especulativa e contribuíram para uma forte correcção em baixa do preço do barril, que fechou o ano em valores ligeiramente acima de USD 40/barril. A mesma tendência de correcção foi observada ao nível das matérias-primas não energéticas, contribuindo, assim, para uma descida significativa da inflação (e das expectativas de inflação) no final do ano.

O ambiente monetário e financeiro mais restritivo, a 'secagem' de liquidez nos mercados de capitais, a forte subida dos preços das *commodities* e da inflação na primeira metade do ano e, por último (mas não menos importante), uma deterioração significativa dos índices de confiança dos agentes económicos, alimentaram uma desaceleração, ou mesmo contracção, da actividade nas principais economias desenvolvidas. Embora mantendo perspectivas de crescimento mais favoráveis que a Europa e os Estados Unidos, os mercados emergentes foram também afectados pela deterioração global dos níveis de confiança, quer ao nível da actividade, quer, sobretudo, ao nível dos mercados financeiros.

A Zona Euro sofreu, em 2008, um expressivo abrandamento, tendo o crescimento do PIB sido de 0,8%, após o registo de 2,6% observado em 2007. Deve, contudo, sublinhar-se que apenas no 1º trimestre do ano foi verificado um crescimento trimestral positivo, tendo nos restantes trimestres sido observada uma contracção da actividade, que se acentuou na parte final do ano.

De facto, o desempenho da economia da Zona Euro foi sendo crescentemente influenciado por uma maior restritividade das condições de financiamento, por um efeito riqueza negativo decorrente da desvalorização ocorrida nos mercados accionista e por um aumento generalizado do clima de incerteza.

A deterioração do sentimento de empresários e consumidores foi evidente, com os respectivos índices a atingirem níveis historicamente baixos nos últimos meses do ano. Assim, foi essencialmente a procura interna que liderou a trajectória de abrandamento, crescendo apenas 0,7%, após 2,4% no ano de 2007. Também as exportações e as importações exibiram uma trajectória de desaceleração ao longo do ano, as primeiras penalizadas pela desaceleração do comércio a nível global e pela apreciação do euro verificada na primeira metade do ano e as segundas acompanhando a desaceleração da procura interna.

Apesar desta evolução da actividade, a taxa de desemprego média anual manteve-se idêntica à registada em 2007, em 7,5% da população activa, sendo, no entanto, visível uma trajectória de agravamento na parte final do ano (8,1% no 4º trimestre). No plano dos preços, a taxa de inflação média anual agravou-se de 2,1% para 3,4%, em consequência da subida acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais, sobretudo na primeira metade de 2008. De referir, no entanto, que a taxa de variação homóloga desceu significativamente no último trimestre, atingindo um registo de 1,6% em Dezembro.

Num ambiente monetário e financeiro mais restritivo, depois de ter elevado em 25 pontos base a taxa de juro de referência em Julho, para 4,25%, o BCE reduziu, entre Outubro e Dezembro, aquela taxa num montante acumulado de 175 pontos base, para 2,5%. A cotação do euro registou, no conjunto do ano de 2008, uma depreciação de 4,3% relativamente ao dólar, encerrando o ano a EUR/USD 1,3953.

De referir que, na primeira metade do ano, se observou uma apreciação da divisa europeia, tendo sido alcançado um máximo de EUR/USD 1,5990 em Abril, ocorrendo no segundo semestre uma visível correcção em baixa.

### 2.1.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Embora sem exposição directa ao fenómeno do crédito *subprime*, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas (na primeira metade do ano) e da desaceleração da procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 1,9% para 0%, re-

gstando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano.

Para esta evolução contribuíram, sobretudo, a forte desaceleração das exportações, com o respectivo crescimento anual a descer de 7,5% para 0,4%, e a queda do investimento, que registou uma variação de -0,5%, após um crescimento de 3,1% no ano anterior. O arrefecimento das exportações esteve associado, sobretudo, à evolução desfavorável da actividade económica nas economias de Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e França, com quem Portugal mantém relações comerciais privilegiadas.

De referir, no entanto, que as exportações portuguesas para alguns destinos menos tradicionais mantiveram um dinamismo elevado. Destacam-se, neste caso, as economias de Angola e do Magrebe e, em menor grau, algumas economias na Ásia e na América Latina. A desaceleração das exportações foi comum às mercadorias e aos serviços.

A formação bruta de capital fixo foi, sobretudo, condicionada pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo (que se concretizou numa subida generalizada dos *spreads* de crédito para empresas e famílias) e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, visível na tendência de queda, ao longo do ano, dos principais indicadores de confiança das empresas.

No conjunto de 2008, o crescimento do consumo privado manteve-se relativamente estabilizado, em 1,4%. Este registo implica um crescimento ainda superior ao do PIB e sugere uma nova redução da taxa de poupança das famílias, para um valor em torno de 5,5% do PIB. Não obstante a tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias terão sido suportadas, na segunda metade do ano, pela desaceleração dos preços e pela descida das taxas de juro.

A taxa de inflação média anual subiu de 2,5% para 2,6% em 2008, mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0,8%. A taxa média anual de desemprego desceu de 8,0% para 7,6% da população activa, reflectindo o crescimento ligeiramente acima do potencial observado nos dois anos anteriores. De registar, no entanto, que o desemprego observou já uma subida no último trimestre de 2008 (para 7,8%), em linha com a estagnação da actividade registada na segunda metade do ano.

O défice das Administrações Públicas voltou a reduzir-se em 2008, de 2,6% para 2,2% do PIB. Ao mesmo tempo, a desaceleração das exportações e a manutenção de um crescimento sustentado das importações contribuíram para um aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,3% para cerca de 10,0% do PIB.

### 2.1.3 MERCADO SEGURADOR

A grave crise do sistema financeiro, ao se alastrar por todos os sectores da economia, afectou também a actividade seguradora. A evolução negativa do mercado de capitais, condicionou a valorização da carteira de investimentos do sector e as consequentes menos valias potenciais afectaram os resultados do exercício. Em casos pontuais, foi exigido um reforço de capital próprio para manter as margens de solvência das seguradoras num nível prudente.

A estagnação da economia portuguesa, aliada a ajustamentos tarifários em baixa (devido a uma cada vez mais intensa actividade concorrencial), resultou numa histórica diminuição do volume global de prémios Não Vida.

O total da produção, Vida e Não Vida, no valor de 15.336 milhões de euros, registou em 2008 um crescimento de 11,5% em relação ao ano anterior,

mas foi resultado do bom desempenho dos ramos Vida. Com efeito, com um total de prémios de 11.012 milhões de euros e uma taxa de crescimento homóloga de 17,5%, o segmento Vida foi o que mais contribuiu para a evolução positiva do mercado segurador em 2008.

O segmento Não Vida, com um volume de prémios de 4.324 milhões de euros, apresentou uma evolução negativa em relação ao ano anterior de 1,3%. As principais contribuições negativas vieram dos ramos Automóvel (-6,9%, justificada pela tendência de diminuição do prémio médio e também pela alteração do método de contabilização da contribuição para o Fundo de Garantia Automóvel) e Acidentes de Trabalho (-2,8%, influenciada por ajustamentos tarifários e diminuição da actividade económica).

Muitos dos restantes ramos Não Vida tiveram uma evolução positiva, como é o caso dos seguros de Saúde (+10,5%) que reflectem a continua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde e os seguros de Crédito e Caução (+14,4%) consequência do aumento da procura por este tipo de garantias, no actual contexto conjuntural.

O peso da actividade seguradora no PIB passou de 8,45% em 2007 para 9,15% em 2008, o maior nível de sempre. O segmento Vida contribui com 6,57% para o PIB e o Não Vida com 2,58% (5,75% e 2,69% em 2007, respectivamente). A taxa de sinistralidade agravou-se em 2008, com especial destaque para Acidentes de Trabalho e Saúde, cuja taxa continua muito elevada, próxima dos 80%.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar do sector segurador, é de destacar pela sua importância e relevância a publicação da nova Lei do Contrato de Seguro. Embora só produza efeitos a partir do início de 2009, o ano de 2008 foi de intensa preparação para este novo regime jurídico do contrato de seguro.

Existem outros projectos em fase de preparação, com destaque para o Solvência II, que tem sido objecto de vários estudos ao nível dos vários mercados, de onde se salienta, em 2008, a realização do QIS 4, que se saldou por uma participação muito positiva do mercado segurador português.

No que diz respeito ao mercado de seguro directo, com um volume de prémios de 76,6 milhões de euros, e contrariamente ao total do segmento Não Vida, continuou-se a assistir ao forte ritmo de crescimento verificado nos últimos anos, o qual se cifrou em 2008 em 16,4%. Este crescimento está alicerçado na mudança do comportamento dos consumidores, sobretudo nas zonas urbanas, onde os canais directos têm ganho peso face aos canais tradicionais, e está alinhado com as tendências sentidas nos principais mercados europeus e americano.

Adicionalmente, o crescimento verificado em 2008 esteve também ligado ao lançamento de novas seguradoras, como foi exactamente o caso da LOGO, e ao aparecimento de novas marcas ligadas às seguradoras directas já existentes. Estes factores fizeram com que a penetração do seguro directo no total do ramo Automóvel aumentasse cerca de 0,8 pp, de aprox. 3,0% para aprox. 3,8%.

## 2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2008

O lançamento comercial da LOGO ocorreu no dia 14 de Janeiro de 2008, tendo sido assinalado com uma conferência de imprensa de apresentação da Empresa e com o início da primeira campanha publicitária.

Tratou-se do culminar de um processo de reflexão, decisão e implementação desenvolvido ao longo de grande parte de 2007, e após a obtenção da devida autorização para operação por parte do Instituto de Seguros de Portugal (em Novembro de 2007).

Integrando o Grupo Espírito Santo (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multi-especialista e multi-canal de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos.

Este facto, permite-lhe tirar partido de um elevado conjunto de sinergias, não apenas a nível de custo, como também de acesso a conhecimento, plataformas e recursos que permitem potenciar as receitas e a sua eficácia.

A LOGO foi constituída com um capital social de 15 milhões de euros, o qual foi realizado em 7,5 milhões de euros em 2007 e o restante em 2008. Em 2008 existiu um reforço de 5 milhões de euros de capital, totalizando 20 milhões de euros.

## 2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ACTIVIDADE

(milhares de euros)		
Principais Variáveis	2008	2007
<b>Balanço</b>		
Investimentos	12 406	
Activo líquido	16 890	7 500
Capital próprio	9 117	7 500
<b>Ganhos e perdas</b>		
Prémios brutos emitidos	4 113	
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	82	
Custos com sinistros	2 404	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	634	
Gastos de exploração líquidos	7 792	
Rendimentos	130	
Resultado antes de impostos	-10 880	
Resultado líquido	-10 890	
<b>Indicadores (%)</b>		
Taxa de sinistralidade	89,8	
Gastos de exploração líquidos / Prémios brutos emitidos	189,5	
Resultado líquido / Prémios brutos emitidos	-264,8	
Taxa de cobertura da margem de solvência	260,9	

## 2.4 A ACTIVIDADE DA LOGO EM 2008

Com um objectivo inicial de aquisição de 20.000 clientes até final de 2008, a LOGO superou esse objectivo em quase 50%, atingindo os 28.641 clientes a 31 de Dezembro de 2008.

Será de destacar, o peso da internet no total de clientes angariados, o qual superou significativamente o objectivo definido, demonstrando o grau de concretização da estratégia delineada e a vantagem competitiva adquirida face à concorrência.

O comportamento na aquisição de clientes neste primeiro ano de actividade permitiu também superar o objectivo de volume de negócios, tendo a LOGO encerrado o ano com 4.113 milhares de euros de Prémios Brutos Emitidos.

Contudo, o saldo técnico líquido de resseguro foi negativo em 1.390 milhares de euros, devido ao impacto das provisões técnicas, sobretudo à necessidade de constituição da provisão para riscos em curso, a qual as-

cendeu a 2.612 milhares de euros – e que se relaciona com o facto de se tratar de uma empresa em lançamento.

A taxa de sinistralidade calculada através do rácio (custos com sinistros, deduzidos de custos imputados e de gestão) / (prémios brutos adquiridos, deduzidos de custos de aquisição diferidos), atingiu os 89,8%, valor alinhado com o previsto no *Business Plan*.

Os custos operacionais, no montante de 9.570 milhares de euros, reflectiram essencialmente custos incorridos com publicidade e propaganda, despesas de maior relevância numa seguradora directa, e que em 2008 englobam também a necessidade de maior investimento para o lançamento da Marca.

A carteira de investimentos foi condicionada pela gestão de tesouraria, resultante da actividade operacional. A carteira de investimentos só ganhou volume em Dezembro de 2008, na sequência da realização do Capital Social subscrito e do aumento do Capital Social. A carteira a 31.12.2008 apresentava um total de 12,7 milhões de euros, constituída na sua maioria por aplicações de curto prazo e por duas posições obrigacionistas de dívida Pública e de entidades do Estado, ambas as posições em taxa fixa.

O resultado da actividade financeira apresenta um saldo de 131 mil euros, o que corresponde a uma rentabilidade dos activos de 4,2%. Esta carteira terá, nesta face inicial, sempre presente um cenário conservador com objectivo de minimizar riscos de taxa de juro e outros riscos de mercado.

Em consequência, o Resultado Líquido do Exercício foi de -10.890 milhares de euros, resultante do esforço inicial do arranque da actividade, nomeadamente, do investimento em publicidade e dos impactos das provisões técnicas.

O final do ano ficou ainda marcado pelo aumento de Capital Social, de 15 milhões de euros para 20 milhões de euros, conforme enquadramento do *Business Plan*, o que permitiu à LOGO apresentar um Capital Próprio em 2008 de 9.117 milhares de euros e um rácio de solvabilidade na ordem dos 260,9%, correspondente a um excesso de 5.148 milhares de euros, face às necessidades da margem de solvência.

De referir que, os actuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível actual de capital exigido para o exercício da actividade seguradora, se encontrar largamente ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência mencionados.

## 2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2008, o resultado líquido da Companhia foi negativo em 10.890.227 euros. Nos termos da alínea b) do Art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a transferência dos resultados negativos de 10.890.227 euros para Resultados Transitados.

## 2.6 OBJECTIVOS PARA 2009

O ano de 2009 será de consolidação do posicionamento e estratégia provada em 2008, com vista a alcançar os objectivos definidos para o triénio 2008-10, objectivos esses que se consubstanciam no alcançar de 100 mil clientes activos no final de 2010.

Neste contexto, durante 2009, a LOGO irá desenvolver a sua actividade tendo em conta 3 objectivos principais a nível da sua carteira de clientes:

- Consolidar o ritmo de aquisição de clientes, mantendo e melhorando os níveis de eficácia alcançados nos últimos meses de 2008;
- Continuar a garantir a excelência no nível do serviço que presta aos seus clientes, proporcionando processos simples e rápidos, em todos os aspectos da sua actividade;
- Desenvolver políticas de retenção de clientes, que permitam manter o *churn* em níveis reduzidos e alinhados com o sector.

Paralelamente, a empresa irá obviamente apostar na contínua optimização do seu rácio combinado, de forma a prosseguir o caminho com vista à obtenção do *break-even* nos próximos anos.

## 2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Accionista, face ao empenho e dedicação dos seus Colaboradores, bem como à imprescindível colaboração prestada pela Tranquilidade, no lançamento e desenvolvimento da nova Companhia LOGO.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Fiscal único Sr. Dr. José Manuel Macedo Pereira, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Porto, 19 de Fevereiro de 2009

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
(Presidente)

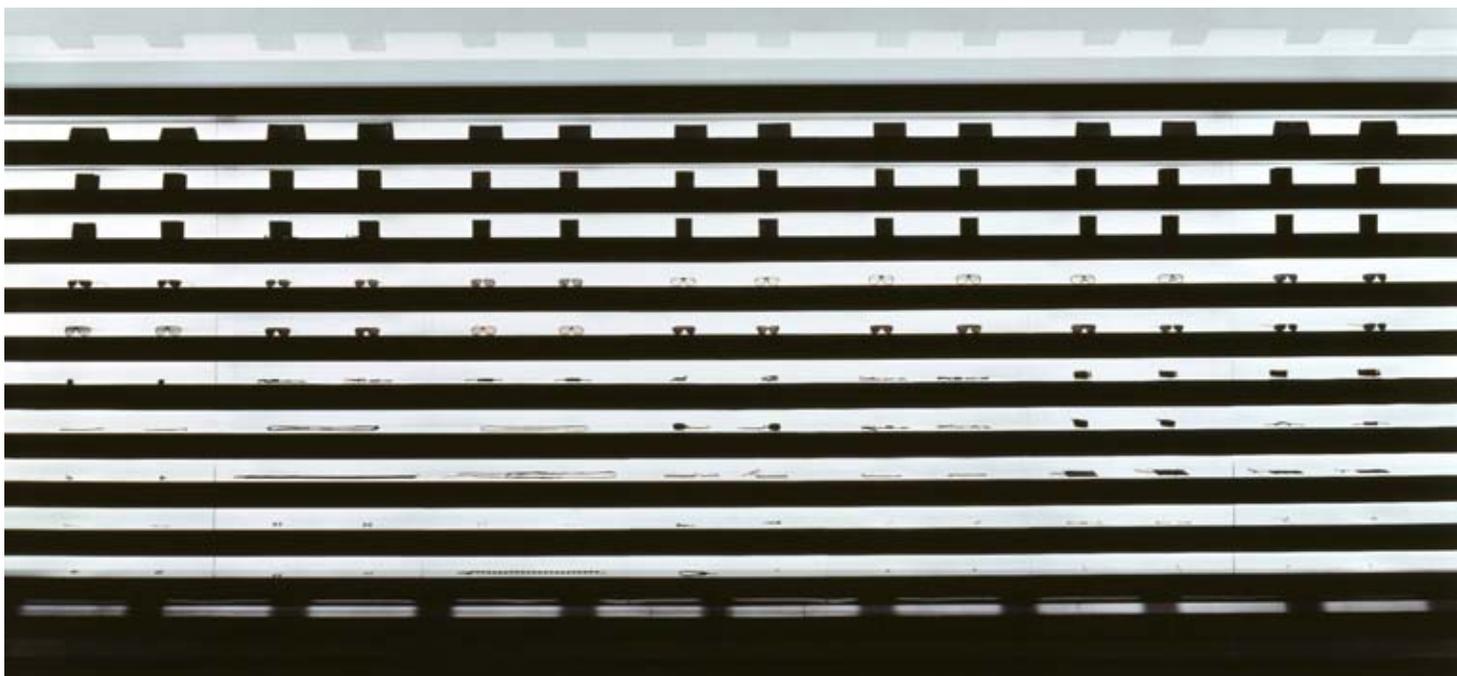
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
(Vogal do Conselho Administração)

António Miguel Natário Rio-Tinto  
(Vogal do Conselho Administração)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
(Vogal do Conselho Administração)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
(Vogal do Conselho Administração)





03

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**ANDREAS GURSKY**  
Monika Sprüth & Philomene Magers

Dior Homme, 2004  
Prova por revelação cromogénea  
187 x 371.3 cm · Edição 6/6

## BALANÇO (ACTIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	654		654	7 500
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	12 406		12 406	
<b>Empréstimos e contas a receber</b>					
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos					
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros					
Investimentos a deter até à maturidade					
<b>Terrenos e edifícios</b>					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros activos tangíveis	10	78	11	67	
Inventários					
Goodwill					
Outros activos intangíveis	12	988	219	769	
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>		<b>2 782</b>		<b>2 782</b>	
Provisão para prémios não adquiridos	4	1 396		1 396	
Provisão para sinistros	4	1 386		1 386	
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		278	66	212	
Contas a receber por operações de seguro directo	13	160	66	94	
Contas a receber por outras operações de resseguro					
Contas a receber por outras operações	13	118		118	
<b>Activos por impostos</b>					
Activos por impostos correntes					
Activos por impostos diferidos					
Acréscimos e diferimentos					
Outros elementos do activo					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>17 186</b>	<b>296</b>	<b>16 890</b>	<b>7 500</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL

José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha  
 Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa  
 António Miguel Natário Rio-Tinto  
 Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
 Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

# BALANÇO (PASSIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
<b>PASSIVO</b>			
<b>Provisões técnicas</b>		<b>6 035</b>	
Provisão para prémios não adquiridos	4	1 700	
<b>Provisão para sinistros</b>		<b>1 723</b>	
De vida			
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	4	1 723	
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade			
Provisão para riscos em curso	4	2 612	
Outras provisões técnicas			
<b>Outros passivos financeiros</b>			
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		<b>1 219</b>	
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	10	
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	593	
Contas a pagar por outras operações	13	616	
<b>Passivos por impostos</b>		<b>140</b>	
Passivos por impostos correntes	24	137	
Passivos por impostos diferidos	24	3	
Acréscimos e diferimentos	13	379	
Outras provisões			
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>7 773</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	25	20 000	7 500
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital			
<b>Reservas de reavaliação</b>		<b>10</b>	
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	10	
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-3	
Outras reservas			
Resultados transitados			
Resultado do exercício		-10 890	
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>9 117</b>	<b>7 500</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>16 890</b>	<b>7 500</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL

José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

# GANHOS E PERDAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>		<b>82</b>		<b>82</b>	
Prémios brutos emitidos	14	4 113		4 113	
Prémios de resseguro cedido	14	-3 302		-3 302	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-2 125		-2 125	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	1 396		1 396	
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>4</b>	<b>634</b>		<b>634</b>	
Montantes pagos		300		300	
Montantes brutos		684		684	
Parte dos resseguradores		-384		-384	
Provisão para sinistros (variação)		334		334	
Montante bruto		1 720		1 720	
Parte dos resseguradores		-1 386		-1 386	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	2 612		2 612	
Participação nos resultados, líquida de resseguro					
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>21</b>	<b>7 792</b>		<b>7 792</b>	
Custos de aquisição		7 630		7 630	
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-425		-425	
Gastos administrativos		1 732		1 732	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 145		-1 145	
<b>Rendimentos</b>	<b>16</b>	<b>59</b>	<b>71</b>	<b>130</b>	
De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		59	71	130	
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros					
<b>Gastos financeiros</b>	<b>16</b>	<b>4</b>		<b>4</b>	
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		4		4	
<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>					
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Diferenças de câmbio					
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Perdas de imparidade (líquidas reversão)</b>					
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	20		20	
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		-70	-70	
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>-10 881</b>	<b>1</b>	<b>-10 880</b>	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-10	-10	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>-10 881</b>	<b>-9</b>	<b>-10 890</b>	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

O DIRECTOR-GERAL

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Paulo Dias

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

José Pedro Barros Inácio

Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



04

## MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS



JOÃO LOURO

Runaway Car Crashed #5, 1999

Prova por revelação cromogénea • 120 x 120 cm

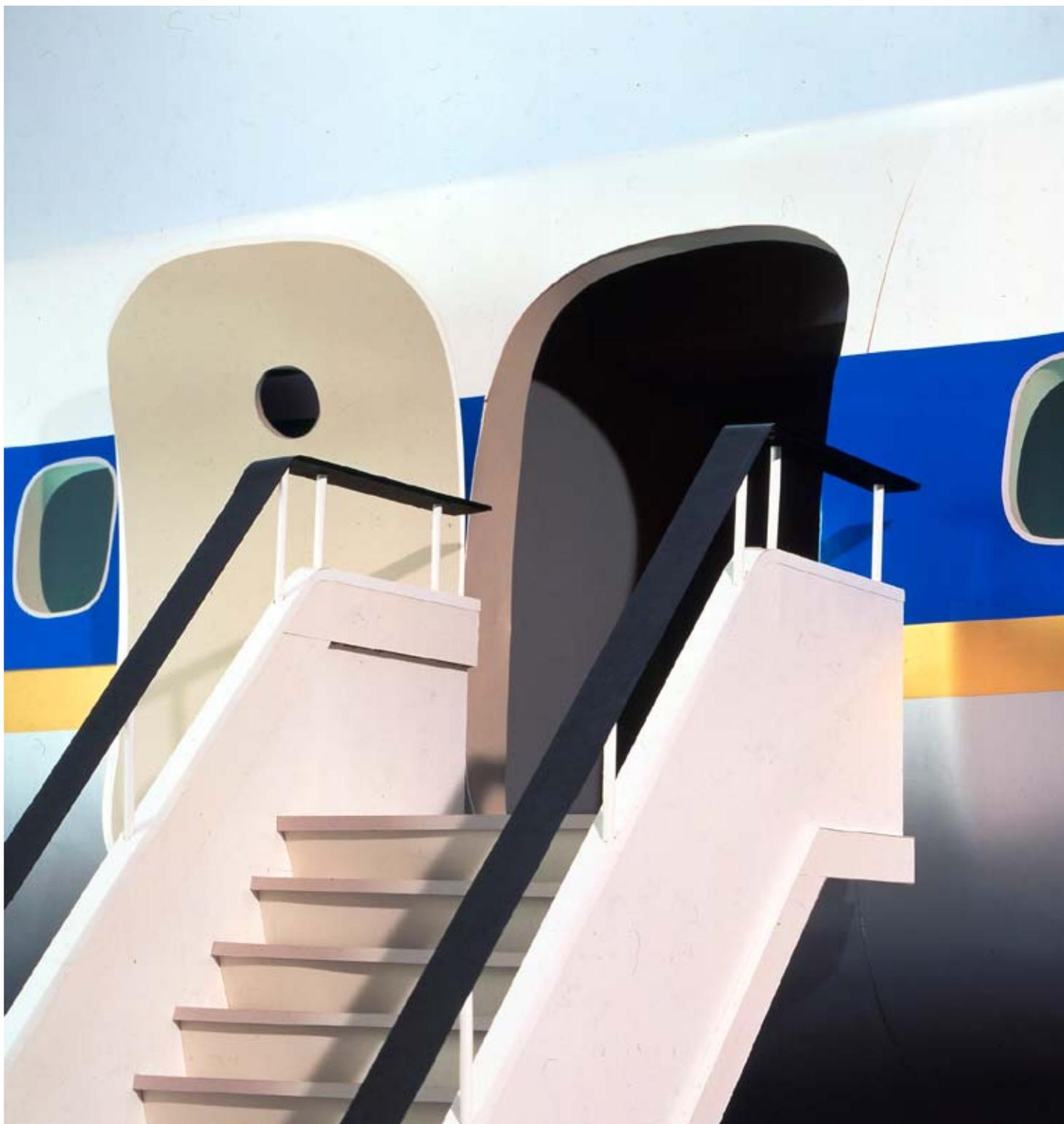
Edição 1/4

## MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

## MAPA DE VARIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(milhares de euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas			Resultados do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Por Ajustamentos no Justo valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados		
Balanço a 01 de Janeiro 2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/reduções de capital	7 500								7 500
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2007</b>	<b>7 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7 500</b>
Aumentos/reduções de capital	12 500								12 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			10	-3					7
<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>12 500</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12 507</b>
Resultado líquido do período								-10 890	-10 890
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2008</b>	<b>20 000</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-10 890</b>	<b>9 117</b>



05

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



**THOMAS DEMAND**

Gangway, 2001

Prova por revelação cromogénea colada sobre Diassec - 225 x 180 cm

Edição 3/6

Courtesia 303 Gallery, Nova Iorque

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2008	2007
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>	<b>- 5 874</b>	<b>-</b>
Resultado líquido do exercício	- 10 890	-
Depreciações e amortizações do exercício	230	-
Variação das provisões técnicas de seguro directo	6 035	-
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	- 2 782	-
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	- 212	-
Variação de outros activos e passivos por impostos	140	-
Variação de outros activos e passivos	386	-
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	1 219	-
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>	<b>- 13 472</b>	<b>-</b>
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	- 12 406	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	- 1 066	-
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>	<b>12 500</b>	<b>7 500</b>
Subscrição de capital	12 500	7 500
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>- 6 846</b>	<b>7 500</b>
Caixa e equivalentes no início do período	7 500	-
Caixa e equivalentes no fim do período	654	7 500



06

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RUI CALÇADA BASTOS

Sem título #43/06, 2006

Prova cromogénea de ampliação digital (Processo LightJet Lambda) · 85 x 110 cm · Edição 2/3

Cortesia Vera Cortês

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

## NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) foi constituída em finais de 2007, é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e iniciou a actividade em 01 de Janeiro de 2008, tendo o lançamento comercial da operação sido efectuado a 14 de Janeiro do mesmo ano.

A Companhia tem sede social na Rua D. Manuel II, 290, no Porto, estando registada com o NIPC 508278600 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto sob o mesmo número.

Exerce a actividade de seguros em Portugal, explorando até ao momento o ramo Automóvel, estando contudo habilitada a explorar outros ramos Não Vida, sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1175, de Novembro de 2007.

A LOGO tem como objectivo explorar o segmento de canais directos (telefone e internet), actuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários, através de uma proposta de valor assente na simplicidade, rapidez e inovação.

O segmento de canais directos do ramo Não Vida apresenta um crescimento de dois dígitos, sendo que durante o ano de 2008, e para além da LOGO, se assistiu ao lançamento de outras seguradoras e/ou marcas dedicadas à exploração desse segmento.

As notas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

## NOTA 2 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Até ao momento, a LOGO apenas explora o ramo de seguro automóvel, para o qual foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, para particulares, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

O segmento de negócio objecto de relato é o de linha de negócio no qual os produtos e soluções que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes, estão naturalmente relacionados com o segmento Automóvel.

A LOGO optou por ter produtos pré-definidos, que vão de encontro às necessidades dos grupos alvo identificados, simplificando fortemente o processo de escolha, disponibilizando até ao momento quatro produtos para Automóveis e um produto para Motociclos, consoante as diferentes coberturas pretendidas: LOGO Light, LOGO Topping, LOGO Lease, LOGO Max e LOGO Moto.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008, segmentada pela linha de negócio mais relevante é como segue:

	(milhares de euros)	
	Total Não Vida	Automóvel
<b>Rubricas de ganhos e perdas</b>		
Prémios brutos emitidos	4 113	3 767
Prémios de resseguro cedido	3 302	3 014
Prémios brutos adquiridos	1 988	1 828
Resultado dos investimentos	55	53
Custos com sinistros brutos	2 404	2 404
Custos de exploração brutos	8 937	8 399
Resultado técnico	- 10 881	- 10 236
<b>Rubricas de balanço</b>		
Activos afectos à representação das provisões técnicas	7 241	6 898
Provisões técnicas	6 035	5 750

## NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da LOGO agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCEs 07”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como o IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Companhia. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, a Companhia adoptou a partir de 2008 o IAS 39/IFRS 7 - Reclassificação de Instrumentos Financeiros e, o IFRIC 14/IAS 19 - Limite para activos de benefícios definido, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de Fevereiro de 2009.

### PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

#### Activos financeiros

##### Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
  - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
  - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
  - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

##### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### *Mensuração subsequente*

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Transferências entre categorias*

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### **Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

## Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Activos	Número de Anos
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a LOGO cede negócio. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

## Benefícios aos empregados

### Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

## Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

## Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

### Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

### Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

### Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

## PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

### Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada de valores de mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

## NOTA 4 – NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO

### PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

#### Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os seguintes princípios:

#### *Reconhecimento de custos e proveitos*

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### *Prémios*

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

#### *Provisão para prémios não adquiridos*

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

#### *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

#### *Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada a partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, e por uma análise actuarial tendo em conta as características específicas do negócio, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício.

#### *Provisão para riscos em curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

## Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

## Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	2008			2007		
	PPNA Bruto	CAD	PPNA Líquido	PPNA Bruto	CAD	PPNA Líquido
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	1 939	388	1 551	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	186	37	149	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 125</b>	<b>425</b>	<b>1 700</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada da mesma forma que no quadro anterior dado que se trata do 1º ano de actividade.

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	1 241	-	1 241	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	155	-	155	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 396</b>	<b>-</b>	<b>1 396</b>	<b>-</b>

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
	Acidentes de trabalho	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	1 723	-	1 720	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 723</b>	<b>-</b>	<b>1 720</b>	<b>-</b>

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 332 milhares de euros relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não reportados (IBNR) e inclui ainda uma estimativa no montante de 24 milhares de euros para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
	Acidentes de trabalho	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	1 386	-	1 386	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 386</b>	<b>-</b>	<b>1 386</b>	<b>-</b>

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 295 milhares de euros relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros de 2008, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Varição da Provisão para Sinistros	Custos com Sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel				
Responsabilidade civil	271	153	1 291	1 715
Outras coberturas	209	51	429	689
Marítimo, aéreo e transpostes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>204</b>	<b>1 720</b>	<b>2 404</b>
Resseguro Aceite	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>480</b>	<b>204</b>	<b>1 720</b>	<b>2 404</b>

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	2 476	-	2 476	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	136	-	136	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 612</b>	<b>-</b>	<b>2 612</b>	<b>-</b>

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à variação da provisão para riscos em curso de seguro directo.

O cálculo da Provisão para riscos em curso foi alvo de um procedimento extraordinário, solicitado pela Companhia e devidamente aprovado pelo ISP no âmbito da Norma nº 4/1998 de 16 de Março, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de um início de uma operação, originando uma necessidade de constituição de provisão menor.

Para tal, foram considerados determinados ajustamentos, em particular, no que respeita às despesas operacionais e de aquisição, que apresentam em 2008 valores anormalmente elevados em termos proporcionais aos prémios, e que em nada representam custos recorrentes associados a uma operação em curso normal.

## NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros não-vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A LOGO pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. O programa de resseguro em 2008 é constituído por um tratado proporcional em Quota Parte e por tratados não proporcionais – Excedente de Sinistro para o ramo de Automóvel e um tratado proporcional em Quota Parte para o ramo de Assistência, conforme quadro seguinte:

RAMOS	Tipo de Resseguro
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Quota parte
Assistência	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

ÁREA DE ANÁLISE	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2008	2007
Custos com sinistros	Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	- 170	-
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	- 280	-

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

## NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

### Risco de mercado

O risco de mercado resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Compreende o risco cambial, risco de acções, risco imobiliário, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela LOGO, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Está em processo de introdução o Comité de Gestão de Risco Global e a criação de grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que terão como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global terá como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, controlo interno e compliance. Será igualmente monitorizada a gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Durante o ano de 2009 está previsto a coordenação entre o Comité Financeiro, responsável pela política de investimento e o Comité de Gestão de Risco Global.

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro, pelo que dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

### Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração. Dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

### Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário, e dado que a LOGO não detém quaisquer imóveis como sua propriedade, não existe exposição a este risco.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro existe para todos os activos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Não existem passivos sensíveis a este risco na LOGO.

(milhares de euros)

ÁREA DE ANÁLISE	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2008	2007
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos activos	- 66	-

### Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. A carteira de obrigações é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A", sendo que quase dois terços da mesma são representados por títulos de *rating* máximo.

(milhares de euros)

RATING	2008		2007	
	%	Valor	%	Valor
AAA	62%	419	0%	0
AA	0%	0	0%	0
A	38%	254	0%	0
BBB	0%	0	0%	0
BB	0%	0	0%	0
B	0%	0	0%	0
CCC	0%	0	0%	0
Unrated	0%	0	0%	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>673</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

SECTOR DE ACTIVIDADE	Activos financeiros disponíveis para venda					
	2008			2007		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0%	0	0	0	0	0
Comunicações	0%	0	0	0	0	0
Bens consumíveis (cíclico)	8%	1 010	0	0	0	0
Bens consumíveis (não-cíclico)	0%	0	0	0	0	0
Energia	0%	0	0	0	0	0
Financeiro	2%	254	0	0	0	0
Fundos	0%	0	0	0	0	0
Divida pública	3%	419	0	0	0	0
Industrial	36%	4 472	0	0	0	0
Medicina	0%	0	0	0	0	0
Tecnologia	0%	0	0	0	0	0
Serviços públicos / colectivos	0%	0	0	0	0	0
Outros	50%	6 251	0	0	0	0
	<b>100%</b>	<b>12 406</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Risco de liquidez

O risco advém da possibilidade da empresa de seguros não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para tal a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital. A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros e não financeiros, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

2008	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	>5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	-	6 905	254	5 901	-	212	13 272
Activos não financeiros	-	-	-	-	-	3 618	3 618
<b>Total de activos</b>	-	<b>6 905</b>	<b>254</b>	<b>5 901</b>	-	<b>3 830</b>	<b>16 890</b>
Passivos financeiros	-	613	-	-	-	606	1 219
Passivos não financeiros	-	-	-	-	-	6 554	6 554
<b>Total de passivos</b>	-	<b>613</b>	-	-	-	<b>7 160</b>	<b>7 773</b>
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>6 292</b>	<b>254</b>	<b>5 901</b>	<b>0</b>	<b>-3 330</b>	<b>9 117</b>

Em 2007 existem activos financeiros no valor de 7,5 milhões de euros correspondentes ao depósito da realização inicial de capital e é um valor com maturidade de 1 a 3 meses.

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Apesar de com a legislação no âmbito das cobranças ter reduzido este risco, a evolução dos montantes e a antiguidade da dívida é regularmente monitorizada.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de *rating*, e existe um acompanhamento regular da evolução dos *ratings* das entidades em carteira.

### Risco operacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos. O risco legal também é considerado no risco operacional.

#### • Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- A um primeiro nível, é representada pelas Direcções da LOGO, que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respectivos controlos;
- Um segundo nível, representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*.
- Um terceiro nível, representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na LOGO encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º.14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

## SOLVÊNCIA

A LOGO monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

(milhares de euros)	
2008	
<b>Elementos constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>8 348</b>
<b>Margem de solvência a constituir</b>	<b>3 200</b>
Resultado na óptica dos prémios	367
Resultado na óptica dos sinistros	313
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	0
Fundo de Garantia mínimo legal	3 200
<b>Excesso/insuficiência da margem de solvência</b>	<b>5 148</b>
<b>Taxa de cobertura da margem de solvência</b>	<b>261%</b>

## ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

## RÁCIOS DE ACTIVIDADE

Os principais rácios de actividade apresentam os valores abaixo, sendo que os mesmos se encontram condicionados pelo facto de se tratar do primeiro ano de actividade da empresa e dos efeitos naturais que daí resultam:

(%)		
	2008	2007
a) Rácio de sinistralidade	251,3%	-
b) Rácio de aquisição	175,2%	-
c) Rácio administrativo	42,1%	-
<b>Rácio combinado</b>	<b>468,6%</b>	-

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / Prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / Prémios brutos emitidos.

## MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

(milhares de euros)

	2008	2007
Contas a receber	2	-
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

## NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, conforme formato e âmbito definido pelo ISP, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Activos financeiros disponíveis para venda	12 406	-
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	-	-
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
<b>Total participações e instrumentos financeiros</b>	<b>12 406</b>	<b>-</b>

## ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	419	-
De outros emissores	11 987	-
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
<b>Valor de balanço</b>	<b>12 406</b>	<b>-</b>

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	409	10	-	419
De outros emissores	11 987	-	-	11 987
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>12 396</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>12 406</b>

## JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2008		2007	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	654	654	7 500	7 500
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	212	212	-	-
<b>ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>866</b>	<b>866</b>	<b>7 500</b>	<b>7 500</b>
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1 219	1 219	-	-
<b>PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>1 219</b>	<b>1 219</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

## NOTA 8 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Caixa	-	-
Depósitos em instituições de crédito	654	7 500
	<b>654</b>	<b>7 500</b>

## NOTA 10 – OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A Companhia possui activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
<b>Equipamento</b>	<b>78</b>	-
Equipamento administrativo	70	-
Máquinas e ferramentas	3	-
Equipamento informático	5	-
Instalações interiores	-	-
<b>Imobilizado em curso</b>	-	-
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>- 11</b>	-
<b>Imparidades</b>	-	-
	<b>67</b>	-

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	-	-	-
Adições	78	-	78
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	- 11	-	- 11
Abates/vendas	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>67</b>	-	<b>67</b>

## NOTA 11 – AFECÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2008 são como segue:

(milhares de euros)

	2008		Total
	Seguros Não Vida	Não Afectos	
Caixa e equivalentes	312	342	654
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial	-	-	-
a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	12 406	-	12 406
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	67	67
Outros activos	-	3 763	3 763
	<b>12 718</b>	<b>4 172</b>	<b>16 890</b>

Em 2007 o valor de Caixa e equivalentes no valor de 7,5 milhões de euros corresponde ao depósito da realização inicial de capital e é um valor não afecto.

## NOTA 12 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O saldo das rubricas de Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
<b>Outros intangíveis</b>	<b>988</b>	-
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	828	-
Software	160	-
Intangíveis em curso	-	-
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>- 219</b>	-
<b>Imparidades</b>	<b>-</b>	-
	<b>769</b>	<b>-</b>

O movimento ocorrido no exercício de 2008 pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	-	-	-	-
Adições	10	160	818	988
Amortizações do exercício	- 166	- 53	-	- 219
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	818	-	- 818	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>662</b>	<b>107</b>	<b>-</b>	<b>769</b>

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
<b>Amortizações do exercício de activos intangíveis</b>	<b>219</b>	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	32	-
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	143	-
Gastos administrativos	44	-
Gastos financeiros		
Outros	-	-

## NOTA 13 – OUTROS ACTIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

### Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
<b>Activo bruto</b>	<b>160</b>	-
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	158	-
- reembolsos de sinistros	2	-
<b>Ajustamentos</b>	<b>- 66</b>	-
Recibos por cobrar	- 66	-
<b>Activo líquido</b>	<b>94</b>	-

O movimento ocorrido relativo aos Ajustamentos do activo pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
<b>Ajustamento de recibos por cobrar</b>		
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	-	-
Dotações do exercício	66	-
Utilizações do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>66</b>	-

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
<b>Activo bruto</b>	<b>118</b>	-
Gestão por conta IDS e representadas	62	-
APS	27	-
Adiantamentos a fornecedores	8	-
Outros valores a receber	21	-
<b>Activo líquido</b>	<b>118</b>	-

### Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	10	-
Mediadores de seguro		
- comissões a pagar	-	-
- contas correntes	-	-
Co-seguradoras	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	-

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Resseguradores	593	-
Ressegurados	-	-
<b>Total</b>	<b>593</b>	<b>-</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Entidades relacionadas	200	-
Outros fornecedores de bens e serviços	413	-
Outros valores a pagar	3	-
<b>Total</b>	<b>616</b>	<b>-</b>

O saldo do Passivo de Acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
<b>Acréscimo de custos</b>	<b>379</b>	<b>0</b>
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	176	-
- Fornecimentos e serviços externos	203	-
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>0</b>

## NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo, são analisados como segue:

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	3 767	-	1 939	-	1 828	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	346	-	186	-	160	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4 113</b>	<b>-</b>	<b>2 125</b>	<b>-</b>	<b>1 988</b>	<b>-</b>

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo, são analisados como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	3 014	-	1 241	-	1 773	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	288	-	155	-	133	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3 302</b>	<b>-</b>	<b>1 396</b>	<b>-</b>	<b>1 906</b>	<b>-</b>

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida de 2008, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 4, é analisado como segue:

(milhares de euros)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	2 702	1 328	1 715	6 046	805
- Outras coberturas	1 065	501	689	2 353	337
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	346	159	-	538	(133)
Diversos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4 113</b>	<b>1 988</b>	<b>2 404</b>	<b>8 937</b>	<b>1 009</b>
Resseguro Aceite	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>4 113</b>	<b>1 988</b>	<b>2 404</b>	<b>8 937</b>	<b>1 009</b>

## NOTA 16 – RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
<b>Juros</b>	<b>130</b>	<b>-</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	130	-
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	-	-
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>-</b>

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	8	-
De outros emissores	122	-
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos e outros activos	-	-
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>-</b>

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Custos imputados à função investimentos	4	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>-</b>

## NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
<b>Outros rendimentos técnicos</b>	<b>34</b>	<b>-</b>
Gestão por conta de sinistros	34	-
<b>Outros gastos técnicos</b>	<b>14</b>	<b>-</b>
Gestão por conta de sinistros	14	-
<b>Valor do ganhos e perdas</b>	<b>20</b>	<b>-</b>

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros gastos não técnicos</b>	<b>70</b>	<b>-</b>
Serviços bancários e juros de mora	5	-
Ajustamentos de recibos por cobrar	65	-
<b>Valor do ganhos e perdas</b>	<b>- 70</b>	<b>-</b>

## NOTA 21 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2008, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2008	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	45	4%	460	39%	668	57%	-	0%	1 173	100%
Fornecimentos e serviços externos	128	2%	7 026	87%	906	11%	2	0%	8 062	100%
Impostos	-	0%	-	0%	105	100%	-	0%	105	100%
Amortizações	31	13%	144	63%	53	23%	2	1%	230	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>2%</b>	<b>7 630</b>	<b>80%</b>	<b>1 732</b>	<b>18%</b>	<b>4</b>	<b>0%</b>	<b>9 570</b>	<b>100%</b>

O montante das Custos com o pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Electricidade, água e comunicações	38	-
Despesas de deslocação e representação	35	-
Rendas a alugueres	336	-
Manutenção de equipamento	38	-
Cobrança de prémios	34	-
Publicidade, <i>outsourcing</i> , consultadorias e trabalhos especializados	7 452	-
Outros serviços e fornecimentos diversos	129	-
<b>Total</b>	<b>8 062</b>	<b>-</b>

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Imposto de selo	60	-
Taxa para o ISP	10	-
Taxa para os Governos Cívicos	31	-
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	4	-
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>-</b>

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	166	-
Equipamentos e aplicações informáticas	55	-
Equipamento administrativo e máquinas	9	-
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>-</b>

A rubrica de ganhos e perdas de Custos e Gastos de Exploração Líquida é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	7 630	-
Outros custos de aquisição	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	- 425	-
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	1 732	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	- 1 145	-
<b>Total</b>	<b>7 792</b>	<b>-</b>

## NOTA 22 – GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2008	2007
Direcção-geral	1	-
Direcção	2	-
Quadro técnico	5	-
Quadro de apoio geral	1	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>-</b>

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Remunerações - pessoal	965	-
Encargos sobre remunerações - pessoal	184	-
Seguros obrigatórios	6	-
Gastos de acção social	1	-
Formação	16	-
Outros gastos com pessoal	1	-
<b>Total</b>	<b>1 173</b>	<b>-</b>

## NOTA 24 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A Companhia apresentou, no exercício de 2008, um resultado fiscal negativo pelo que não houve lugar a apuramento de imposto corrente e derrama.

As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2008 e 2007 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2008		2007	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	-	6	-	-
Retenção de imposto na fonte	-	10	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	110	-	-
Contribuições para a segurança social	-	11	-	-
Tributos das autarquias locais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>137</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

RUBRICAS	Activo		Passivo		Líquido	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	Títulos	-	-	- 3	-	- 3
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2008 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto corrente	-	-	- 10	- 10
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	- 10	- 10
Imposto diferido	- 3	-	-	- 3
Títulos	- 3	-	-	- 3
<b>Total</b>	<b>- 3</b>	<b>-</b>	<b>- 10</b>	<b>- 13</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Resultado antes de impostos	- 10 880	-
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
<b>Imposto apurado com base na taxa oficial</b>	<b>2 883</b>	<b>-</b>
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	- 2 883	-
Imposto autónomo	- 10	-
<b>Imposto corrente + diferido</b>	<b>- 10</b>	<b>-</b>

## NOTA 25 - CAPITAL

O capital da Seguros Logo, S.A., de 20 milhões de euros representado por 4 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 7,5 milhões de euros em 2007 e 12,5 milhões de euros em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital subscrito era de 15 milhões de euros, mas como estava realizado a 50%, apenas essa proporção é evidenciada nas demonstrações financeiras a essa data, de acordo com critério contabilístico de reporte financeiro correspondente.

## NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

### Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Reservas de justo valor de activos financeiros	10	-
Reserva por Impostos diferidos	- 3	-
Outras reservas	-	-
Reserva legal	-	-
Reservas livres	-	-
<b>Reservas</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Títulos de rendimento variável	-	-
Títulos de rendimento fixo	10	-
<b>Reservas de justo valor</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
<b>Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda</b>	<b>12 396</b>	<b>-</b>
Imparidade	-	-
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	12 396	-
<b>Justo valor de investimentos disponíveis para venda</b>	<b>12 406</b>	<b>-</b>
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	10	-
Impostos diferidos e correntes	- 3	-
<b>Reserva de reavaliação líquida de impostos</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

## NOTA 27 - RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008	2007
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	- 10 890	-
Número de acções	4 000 000	-
<b>Resultados por acção (em euros)</b>	<b>- 2,72</b>	<b>-</b>

## NOTA 29 – TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O capital da LOGO é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a LOGO e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, resseguro e serviços de *call center*.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante global dos activos e passivos da LOGO que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2008				2007			
	Justo Valor	Valor Balanço						
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	6 905	-	-	-	7 500	-	-	-
TRANQUILIDADE	-	729	- 2 827	- 1 759	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	43	-	-	-	-	-	-
ES CONTACT CENTER	-	67	490	-	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO - SERVIÇOS,2, ACE	-	23	42	-	-	-	-	-
	6 905	862	- 2 295	- 1 759	7 500	0	0	0

## NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

## NOTA 37 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

#### IAS 1 (alterada) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.
- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Companhia decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

### IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### IAS 32 (revista) – Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (“*puttable instruments*”) e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – Demonstrações financeiras e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### IFRS 2 (alterada) – Pagamento em acções: condições de aquisição

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A Companhia, com referência a 31 de Dezembro de 2008, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não terá qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) demonstrações financeiras e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades Empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

### IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

### IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

O *endorsement* por parte da União europeia ainda se aguarda, estando previsto para o primeiro trimestre de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível da Companhia.

### IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto. Dado que a informação disponível ainda não permite determinar com rigor o impacto desta norma, nenhuma estimativa é apresentada. Contudo a Companhia encontra-se a recolher a informação que permita determinar com rigor os eventuais impactos.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

### IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

## IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da Companhia, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

## IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

## IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

## Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a Companhia em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia;

- Alteração à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuada permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pela Companhia em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- Alteração à IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à IAS 27 - Demonstrações financeiras e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades da Companhia na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27;
- Alteração à IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente;
- Alteração à IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da Companhia;
- Alteração à IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

## ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PERTICIPADAS E PARTICIPANTES							
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.3 - De outros emissores							
Cert Dep EUR BES AFS					6 250 000,00		6 250 958,33
CXGD 6.25 99-10/2009		250 000,00	100,40%	100,7%	251 801,97	101,8%	254 424,66
Pcomercial BIAL PORTELA&CIA - 1ª ED 2		484 754,13	100,00%	100,0%	484 754,13	100,0%	484 898,64
Pcomercial CELBI SA 6 EM 15/04/2009		984 678,81	100,00%	100,0%	984 678,81	100,0%	984 965,19
Pcomercial SEMAPA SGPS 09/01/2009 44 EM		1 998 130,53	100,00%	100,0%	1 998 130,53	100,0%	1 998 470,43
Pcomercial SONAE DIST - 48ª ED 2		1 008 735,83	100,00%	100,0%	1 008 735,83	100,1%	1 009 980,36
Pcomercial TEIXEIRA DUARTE 29ª EM 2		1 003 281,40	100,00%	100,0%	1 003 281,40	100,0%	1 003 474,87
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>5 729 580,70</b>			<b>11 981 382,67</b>		<b>11 987 172,48</b>
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
DBR 5,375% 2010		385 000,00	103,53%	101,4%	390 476,39	108,8%	419 042,69
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>385 000,00</b>			<b>390 476,39</b>		<b>419 042,69</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>0</b>	<b>6 114 580,70</b>			<b>12 371 859,06</b>		<b>12 406 215,17</b>



07

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



JANE E LOUISE WILSON

Platform I, Gorilla VI, A Free and Anonymous Monument, 2003  
Prova por revelação cromogénea • 182,9 x 182,9 cm • Edição 3/4

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA  
Revisor Oficial de Contas N.º 312

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **SEGUROS LOGO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de **16.890.453** euros e um total de capital próprio de **9.116.783** euros, incluindo um resultado líquido negativo de **10.890.227** euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SEGUROS LOGO, S.A** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

#### ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:
  - ♦ Tal como referido no Relatório do Conselho de Administração o capital próprio da Companhia não cumpre os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não obstante, a Companhia apresenta uma taxa de cobertura da Margem de Solvência de 260,9%, o que traduz um excesso de 5.147.691 euros face ao exigido pelas disposições regulamentares.

Lisboa, 04 de Março de 2009



\_\_\_\_\_  
José Manuel Macedo Pereira

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA  
Revisor Oficial de Contas N.º 312

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

#### 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, venho apresentar o meu Relatório sobre a acção fiscalizadora exercida na **SEGUROS LOGO, S.A.**, e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2008, que me foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Em 22 de Novembro de 2007 o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) autorizou a "Companhia de Seguros Claro, S.A." (Claro) a exercer a actividade seguradora em determinados Ramos Não Vida.

Posteriormente, a 27 de Dezembro o ISP autorizou a Claro a alterar a sua designação social para "Seguros Logo, S.A." (Logo).

Em 2007 não houve qualquer actividade operacional, a Logo iniciou a sua actividade fiscal em 1 de Janeiro de 2008, o lançamento comercial ocorreu no dia 14 de Janeiro de 2008, explorando os seguros do ramo Automóvel.

A Logo é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e foi constituída com o capital de 15.000.000 euros, o qual foi realizado em 7.500.000 euros em 2007 e o restante em 2008. Ainda no exercício de 2008 houve um reforço de 5.000.000 euros de capital, totalizando 20.000.000 euros.

#### 2. RELATÓRIO

- 2.1. Acompanhei durante o exercício de 2008, a actividade da Companhia, especialmente através de análises e verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte. Realizei também testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária.
- 2.2. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-me todos os esclarecimentos e informações solicitados.

- 2.3. Analisei o Relatório de Gestão, que refere os principais factos ocorridos no exercício e analisei também o Balanço, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio e respectivo Anexo, tendo verificado que foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos normalmente aceites para o sector segurador em Portugal, obedecem aos preceitos legais e estatutários e exprimem a situação patrimonial da Empresa.
- 2.4. O Relatório Anual de Revisão Legal, por mim subscrito, refere os principais trabalhos executados e as conclusões e a minha Certificação Legal das Contas exprime a minha opinião sobre as demonstrações financeiras mencionadas.
- 2.5. Em face do que antecede emito o seguinte:

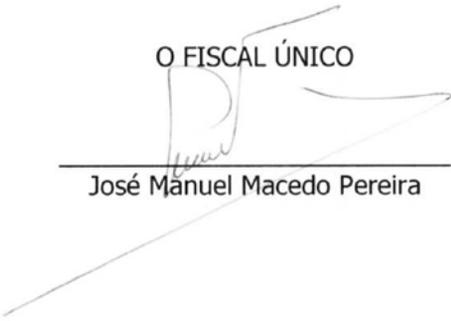
### **3. PARECER**

Sou de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) aprove o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do exercício de 2008 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 04 de Março de 2009

O FISCAL ÚNICO



\_\_\_\_\_  
José Manuel Macedo Pereira



**LOGO**<sup>®</sup>